



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



CONTRATO DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO PARA A AÇÃO "LEITE DO PARANÁ" (DECRETO 4675/2012), NO ÂMBITO DO ESTADO DO PARANÁ, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU E A EMPRESA G. M. MALACARNE & CIA LTDA

O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, inscrita no CNPJ sob nº 40.245.920/0001-94, com sede na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº - 2º andar - ala "D" - Centro Cívico, nesta Capital, representada por sua Titular MARIA TEREZA UILLE GOMES, CPF nº 535.731.619-87, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa G. M. MALACARNE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.800.104/0001-31, com sede na Linha Moreno s/n Bairro Flor da Serra, fone: (45) 3236-1032, e-mail [lactomil@hotmail.com](mailto:lactomil@hotmail.com), CEP 85885-000, no município de Serranópolis do Iguaçu - Pr, neste ato representada pelo seu representante legal GILVAN MARCOS MALACARNE, RG nº 6.959.239-2, CPF nº 026.619.159-23, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

**RESOLVEM,**

Celebrar o presente CONTRATO DE FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE PASTEURIZADO PARA A AÇÃO "LEITE DO PARANÁ" -LP (DECRETO 4675/2012), conforme o protocolado Nº 11.816.334-6/SEJU e com o contido no protocolado sob Nº 11.400.038-8, originário do Edital de Credenciamento Nº 001/2012-SEAB, consubstanciado na inexigibilidade de licitação, devidamente ratificado pelo Senhor Governador do Estado do Paraná na data de 21 /01 /2013, que se regerá pela Lei Estadual Nº 15.608/2007, pela Lei Federal Nº 8.666/1993, demais normas atinentes à espécie, cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

**DO OBJETO E DAS CARACTERÍSTICAS**

1.1 O presente CONTRATO tem por objeto o fornecimento e a distribuição de leite pasteurizado, com teor mínimo de 3% (três por cento) de gordura e demais características constantes do (Anexo III) para dar atendimento à demanda insita a ação "Leite do Paraná" - LP, na forma e condições previstas neste ajuste e seus Anexos, que se vinculam a este instrumento contratual.

1.2 São partes integrantes deste CONTRATO, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

DOCUMENTO	REF.	DESCRIÇÃO DO DOCUMENTO EM ANEXO
ANEXO III	Edital 001/2012-SEAB	Dos padrões de qualidade do leite pasteurizado e do leite cru refrigerado
ANEXO IV	Edital 001/2012-SEAB	Declaração mensal de efetividade de pagamento aos produtores rurais
ANEXO V	Edital 001/2012-SEAB	Declaração referente à proposição de credenciamento Regional
ANEXO VI	Edital 001/2012-SEAB	Declaração de controle de qualidade do leite cru refrigerado e do leite pasteurizado
ANEXO VII	Edital 001/2012-SEAB	Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



ANEXO IX	Edital 001/2012-SEAB	Autorização para encaminhamento dos laudos pelos laboratórios
ANEXO X	Edital 001/2012-SEAB	Declaração de envio regular do LCR para Laboratório da RBQL/APCBRH/UFPR

1.3 Para fins deste **CONTRATO**, as expressões abaixo transcritas equivalem-se nos seguintes termos:  
"Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos" e "SEJU"  
"Leite do Paraná" e "LP" e "Decreto 4675/2012";  
"Usina de Beneficiamento de Leite" e "USINA"  
"Coordenação Técnica do Leite do Paraná/SEJU" e "CTLP/SEJU";  
"Comissão Estadual da Qualidade do Leite" e "CEQL";  
"Comissão Regional de Qualidade do Leite" e "CRQL";  
"Conselho Paritário de Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná" e "CONSELEITE"

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO PADRÃO DE QUALIDADE DO LEITE PASTEURIZADO

2.1 Compete à **CONTRATADA** observar as exigências acerca do controle de qualidade do leite pasteurizado, conforme as determinações explicitadas no (Anexo III).

2.2 A **CONTRATADA** deverá seguir os critérios e procedimentos relacionados à inspeção e análise do leite pasteurizado, consoante o contido no (Anexo III e VI).

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DO LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO PRODUTO

3.1 A **CONTRATADA** procederá a entrega do leite nos seguintes locais:

Ponto de Recebimento	Endereço/Município	Previsão Litros/Ano
- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF	- Av. Mercúrio, 850 – Três Lagoas – Parque Três Fronteiras	4.320
- Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu – PEF II II	- Av. Mercúrio, 850 – Três Lagoas – Parque Três Fronteiras	3.600
Cadeia Pública Laudemir Neves - CPLN	- Rua Netuno, 180 – Parque Residencial Três Fronteiras	3.600
- Centro de Reintegração Feminina de Foz do Iguaçu - CRESF	- Rua Netuno, 180 – Parque Residencial Três Fronteiras	1.800

3.1.1 Poderá a **CONTRATANTE**, através da **CTLP/SEJU**, definir outros locais ou pontos de distribuição referentes a alocação de demanda.

## CLÁUSULA QUARTA

### DO VOLUME E DOS PRAZOS DE DISTRIBUIÇÃO DO LEITE

4.1 O volume de leite a ser fornecido e entregue em cada ponto de recebimento deverá rigorosamente observar o informado pela **CTLP/SEJU** no mês em referência, que será encaminhada oficialmente pelo **CONTRATANTE** até o dia 28 do mês precedente à distribuição.



4.2 O volume de leite a ser entregue poderá ser aumentado ou diminuído, no mês de referência, pela CONTRATANTE.

4.3 A CONTRATADA executará a entrega do leite três vezes por semana conforme definido com a CTLP/SEJU e os demais parceiros envolvidos na logística de recebimento no município a ser atendido. Em casos específicos, devidamente justificados, poderão ser realizadas entregas duas vezes por semana, desde que com expressa autorização da CTLP/SEJU.

## CLÁUSULA QUINTA

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os valores decorrentes deste CONTRATO correrão por conta da Dotação Orçamentária Nº 4903.14421034.183, Natureza da Despesa 3390.3007, Fonte 100, com valor estimado de até R\$ 18.115,20 (dezoito mil, cento e quinze reais e vinte centavos ).

## CLÁUSULA SEXTA

### DO PREÇO

6.1 Os preços a serem praticados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, bem como desta junto aos produtores/fornecedores de leite, serão os valores referenciais informados pelas Resoluções mensais do CONSELEITE, levando-se em consideração sempre o primeiro decênio de cada mês.

6.2 Será pago à CONTRATADA o valor correspondente ao quantitativo de litros de leite efetivamente fornecidos e distribuídos multiplicado pelo valor referencial informado pelo CONSELEITE.

6.3 A CONTRATADA é obrigada a respeitar os valores referenciais informados pelo CONSELEITE, sob pena de:

I. Comprovada a venda do produto pela CONTRATADA, fornecedora, no mercado atacadista a preço inferior a 90% (noventa por cento) do valor referencial informado pelo CONSELEITE, será instaurado procedimento administrativo para fins de apurar a irregularidade que poderá sujeitar a empresa contratada à aplicação de multa sancionatória, no percentual de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal do mês que suscitou a respectiva conduta irregular e cumulativamente a suspensão temporária.

II. Demonstrada a reincidência da venda do leite pasteurizado no mercado atacadista a preço inferior a 90% (noventa por cento) do valor referencial informado pelo CONSELEITE, a CONTRATADA, após o devido processo legal, poderá ser apenada com o descredenciamento.

## CLÁUSULA SÉTIMA

### DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento do leite fornecido no mês de referência será efetuado pela CONTRATANTE até o dia 25 (vinte e cinco) do mês seguinte.

7.2 Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá até o quinto dia útil do mês seguinte, além das cópias das certidões negativas de tributos junto ao Município, sede da usina de beneficiamento de leite, Estado do Paraná e União, e de regularidade perante INSS e FGTS, a seguinte documentação:

I. Nota Fiscal de Remessa, expedida para o ponto de recebimento no final de cada mês, contendo a numeração dos romaneios e respectivas segundas vias, carimbados e assinados pelo representante do ponto de recebimento e distribuição, com remessa ao local expressamente definido pela CONTRATANTE, que contemple:

- identificação do ponto de recebimento;
- volume;
- data;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



- d) horário;
- e) assinatura; e
- f) RG do responsável pelo transporte.

II. Nota Fiscal Fatura emitida mensalmente por município, nominal à SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU, contendo a numeração das Notas Fiscais de Remessa e municípios atendidos.

III. Declaração de que efetuou o pagamento dos créditos aos produtores rurais que forneceram o produto para a usina de beneficiamento de leite, credenciados nos Programas, no mês anterior, conforme valores referenciais informados pelo CONSELEITE (Anexo IV);

IV. As segundas vias dos romaneios que contemplem as seguintes informações:

- a) identificação do ponto de recebimento ;
- b) volume;
- c) data;
- d) horário;
- e) assinatura; e
- f) RG do responsável pelo transporte.

V. As segundas vias dos romaneios deverão estar carimbadas e assinadas pelo representante do ponto de recebimento e distribuição, com remessa a local a ser expressamente definido pela CONTRATANTE ;

VI. A declaração do efetivo pagamento do mês anterior aos produtores (Anexo IV) contendo a quantidade de leite fornecida por cada qual e a observância dos valores referenciais informados pelo CONSELEITE.

7.3 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, sem que a empresa esteja em situação regular junto aos órgãos de fiscalização e enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.4 O pagamento do objeto deste CONTRATO, já incluídos todos os ônus e encargos, independentemente de requerimento da CONTRATADA, será efetuado através de ordem bancária, após o atesto da Nota Fiscal, sendo que o responsável pelas Unidades da SEJU atestará as Notas Fiscais, devendo a CONTRATADA, fornecer a CONTRATANTE quando da celebração deste contrato, os seguintes dados bancários: Nome do Banco, Agência e Número da Conta.

7.5 Os romaneios serão emitidos em três vias, observando-se o que segue:

- 1. A 1ª via permanecerá no ponto de recebimento, respeitando-se os pontos relacionados no contrato;
- 2. A 2ª via será enviada à CONTRATANTE .
- 3. A 3ª via do romaneio assinada será mantida em poder da USINA pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados da data de encerramento do exercício em que ocorrer a movimentação relativa à entrega do leite, para possíveis conciliações por auditores do Estado ou Tribunal de Contas do Estado.

## CLÁUSULA OITAVA

### DA VIGÊNCIA

8.1 A presente contratação vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, uma vez cumpridas as exigências do artigo 57, do Decreto nº 4507/2009.

## CLÁUSULA NONA

### DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 Incumbe à SEJU as seguintes obrigações:

8 / 8



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



- I. exercer a fiscalização da execução do **CONTRATO** por meio de um Gestor, em conformidade com o artigo 118, da Lei nº 15608/2007 que será designado expressamente pelo Diretor Geral da **CONTRATANTE** por ocasião da celebração da avença;
- II. proporcionar as condições necessárias que estejam em seu alcance, a fim de que a credenciada possa honrar o estabelecido no ajuste;
- III. prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual, que venham a ser expressamente solicitados pelo preposto da credenciada **CONTRATADA**;
- IV. efetuar o pagamento das notas fiscais, nos termos e condições estabelecidas neste **CONTRATO**;
- V. rejeitar, no todo ou em parte, o fornecimento do produto que estiver em desacordo com o controle de qualidade e demais determinações pertinentes previstas nesta avença.
- VI. aplicar as sanções previstas para inobservância das condições deste contrato, bem como pela inexecução total ou parcial de seu objeto;
- VII. retenção de créditos da contratada para fazer face a prejuízos causados à **CONTRATANTE**, no limite desses prejuízos ou no valor de multa incidente, após assegurada a prévia e ampla defesa.

## CLÁUSULA DÉCIMA

### DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

#### 10.1 São obrigações da empresa:

- I. executar os termos do instrumento contratual em conformidade com as especificações constantes do Edital de Credenciamento;
- II. ser responsável, em relação aos seus empregados e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto contratual, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguro de acidente de trabalho;
- III. responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar a terceiros destinatários do objeto contratual, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
- IV. manter, enquanto perdurar a vigência do credenciamento e do contrato, todas as condições que ensejaram o credenciamento, em especial no concernente à regularidade fiscal e capacidade técnico-operacional;
- V. responsabilizar-se integralmente pela execução do contrato, sendo-lhe proibida a subcontratação do fornecimento e distribuição do leite pasteurizado;
- VI. cadastrar no sistema informatizado disponível no sítio da **SEAB**, no prazo de até 20 (vinte) dias, contado da data de celebração do **CONTRATO**, os dados referentes aos fornecedores de leite, quais sejam, o nome, o município de sua sede, a inscrição do cadastro de pessoa física (CPF do produtor), o número da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF (quando disponível);
- VII. atender às exigências relacionadas ao controle de qualidade;
- VIII. encaminhar mensalmente a declaração de pagamento de produtores rurais (**Anexo IV**);
- IX. providenciar a confecção dos romaneios do **LP** (necessários para o controle, transporte e circulação do produto até os pontos de recebimento, em gráfica, conforme modelo estabelecido no Regime Especial pertinente, emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná - SEFA, caso a caso. O romaneio poderá ser dispensado na hipótese de a **CONTRATADA** emitir Notas Fiscais em regime informatizado com a Receita Estadual;
- X. realizar análises bimestrais, às suas expensas, de 01 (uma) amostra, de leite pasteurizado fornecido ao **LP**. As coletas serão realizadas pela Vigilância Sanitária, conforme orientação da **Secretaria de Estado da Saúde – SESA**, que serão encaminhadas a laboratório regional, indicado pela **CEQL**, por intermédio da **CTLP**, para verificação de:
  - a) crioscopia;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



- b) fosfatase alcalina;
- c) peroxidase;
- d) pesquisa de coliformes a 30/35°C; e
- e) pesquisa de coliformes a 40/45°C.

XI. coletar 02 (duas) amostras mensais de leite cru refrigerado, por produtor, as quais deverão ser encaminhadas a um laboratório da Rede Brasileira de Qualidade do Leite/Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa/Universidade Federal do Paraná – RBQL/APCBRH/UFPR. Uma das amostras dará origem à análise de contagem bacteriana total (CBT) e a outra para as provas de:

- a) proteína;
- b) gordura;
- c) contagem de células somáticas (CCS);
- d) lactose; e
- e) extrato seco desengordurado (ESD).

XII. enviar, mensalmente, cópia do resultado das análises de que trata o item precedente à CTLP ;

XIII. atualizar os dados cadastrais referentes aos produtores fornecedores de leite, quando houver alteração.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

### DAS RESCISÕES

11.1 A inexecução total ou parcial do objeto poderá ensejar a rescisão contratual, atentando-se ao contido nos arts. 128 a 131 da Lei Estadual Nº 15.608/2007, naquilo que couber.

11.2 A rescisão poderá ainda ser efetivada se incidente um dos motivos abaixo estipulados:

I. alteração social, contratual ou modificação de finalidade ou estrutura, na hipótese de o **CONTRATANTE** entender que prejudique a exequibilidade do contrato;

II. caso seja constatado que a **CONTRATADA** esteja envolvida com protesto de títulos, execução fiscal e emissão de cheque sem a devida provisão de fundos ou outro fato que desabone ou comprometa a sua capacidade econômico-financeira ou caracterize a sua insolvência;

III. se for descredenciada para o fornecimento e distribuição de leite para o **LP** ou declarada inidônea ou punida com proibição de licitar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

IV. se for anulado o credenciamento, a adjudicação e a contratação, em decorrência de violação de dispositivo legal ou normativo ou ainda por força de decisão judicial.

11.3 A **CONTRATADA** poderá solicitar a rescisão amigável, a qualquer tempo, devendo notificar a **CONTRATANTE**, 30 (trinta) dias antes, permanecendo o compromisso de proceder o fornecimento e a entrega de leite até o último dia do mês.

11.4 Caberá pedido de reconsideração, dirigido a autoridade superior da **CONTRATANTE**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de intimação do ato de rescisão do contrato, à exceção da rescisão amigável ou em cumprimento de ordem judicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

### DAS SANÇÕES

12.1 Pela inexecução total ou parcial, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I. **ADVERTÊNCIA**: a penalidade será aplicada por conduta que prejudique ou venha a prejudicar a execução do contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO N° 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 034/2013



II. **MULTA** de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota Fiscal do mês que gerou a conduta infratora, se a **CONTRATADA** praticar a venda do leite pasteurizado no mercado atacadista a preço inferior a 90% (noventa por cento) do valor referencial informado pelo **CONSELEITE**;

III. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA**, nos casos de:

a) não cumpra com as obrigações contidas no Edital de Credenciamento, neste contrato e nas normas vigentes da **CTLP/SEJU**;

b) pratique preço em desacordo com os valores referenciais informados pelo **CONSELEITE**;

c) não cumpra com a logística de distribuição, conforme as normas da **CTLP/SEJU**, em município onde distribua o leite pasteurizado;

d) deixe de atender as exigências referentes à documentação comprobatória do **CTLP/SEJU**;

e) se confirmadas, após a devida apuração, as reclamações por parte dos pontos de recebimento/distribuição do leite, no que pertine ao bom relacionamento com as pessoas envolvidas no processo de entrega do leite aos seus destinatários finais;

f) comprometer a qualidade do leite distribuído, contrariando as normas vigentes, conforme estabelecido nos (**Anexos III, VI**);

g) deixar de efetuar tempestivamente o pagamento dos créditos relacionados aos produtores fornecedores de leite.

I. **DESCRENCIAMENTO**, pelo prazo máximo de até 02 (dois) anos caso:

a) ocorra a reincidência de uma das situações previstas no (**item 12.1, III**), que tenha resultado em suspensão temporária;

b) se não houver solução do fato que deu causa à suspensão temporária no prazo de até 60 (sessenta) dias.

12.2 O prazo da suspensão temporária será de no mínimo 30 (trinta) dias e perdurará até que seja comprovada a solução das causas que deram origem a suspensão.

12.3 Se no prazo de 60 (sessenta) dias não houver solução para o fato que motivou a suspensão, a **CONTRATADA** será descredenciada, com a consequente rescisão contratual, observando-se o devido processo legal.

12.4 A suspensão temporária independe de advertência anterior,

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

#### DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA SANÇÕES

13.1 Caberá à **CTLP/SEJU**, em primeira instância, a instauração de procedimento administrativo para apurar situações fáticas que poderão suscitar a suspensão temporária ou descredenciamento da **CONTRATADA**.

13.2 No caso de denúncia ou constatação de irregularidade na participação da credenciada **CONTRATADA** que implique a inexecução total ou parcial do **CONTRATO**, a **CONTRATANTE** por intermédio da **CTLP/SEJU**, instalará processo administrativo.

13.3 Do processo administrativo será cientificada a credenciada **CONTRATADA** para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ofereça defesa e apresente provas, garantindo-lhe o contraditório e a ampla defesa.

13.4 Concluída a instrução processual, a **CONTRATADA** será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.5 Transcorrido o prazo acima mencionado, a autoridade máxima da **CTLP/SEJU** deliberará a respeito da questão, cuja decisão comunicada à **CONTRATADA** para eventual interposição de recurso administrativo, endereçado à autoridade superior da **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da efetiva intimação.

13.6 As razões recursais serão submetidas à apreciação do titular da **CONTRATANTE**.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU  
AÇÃO "LEITE DO PARANÁ - LP"  
GRUPO ADMINISTRATIVO SETORIAL  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013



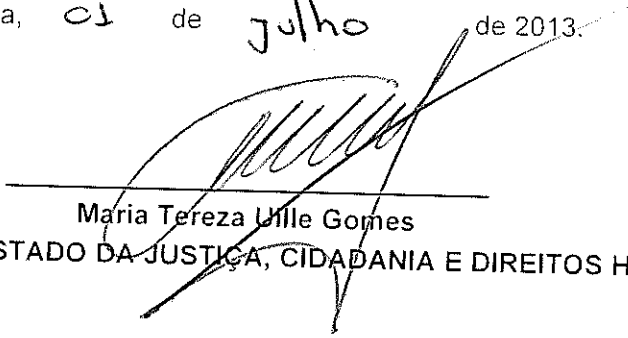
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DO FORO

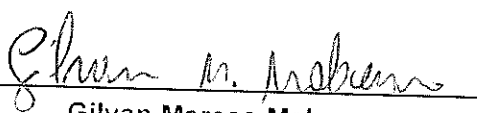
14.1 Para dirimir as questões oriundas do presente **CONTRATO**, as partes elegem o competente **FORO** da Comarca desta Capital, renunciando as partes contratantes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e como prova de haverem entre si ajustado e contratado, é lavrado o presente **CONTRATO** que, depois de lido e analisado, é assinado pelas partes abaixo qualificadas, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Curitiba, 01 de julho de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Maria Tereza Lille Gomes

SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

  
\_\_\_\_\_  
Gilvan Marcos Malacarne

G. M. MALACARNE & CIA LTDA

Testemunhas:

1) Nome:.....RG/CPF:.....

2) Nome:.....RG/CPF:.....





SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS  
PROTOCOLO Nº 11.816.334-6  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2013

ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 034/2013

FORNECEDOR: G. M. MALACARNE & CIA LTDA

Endereço: Linha Moreno s/n Bairro Flor da Serra, fone: (45) 3236-1032, e-mail  
lactomil@hotmail.com, CEP 85885-000, município de Serranópolis do Iguaçu - Pr

CNPJ nº 04.800.104/0001-31

Contato: GILVAN MARCOS MALACARNE

OBJETO: Fornecimento e a distribuição de leite pasteurizado

Valor total do Objeto: R\$ 18.115,20 (dezoito mil cento e quinze reais e vinte centavos).

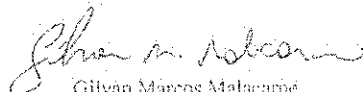
Dotação Orçamentária: Nº 4903.14421034.183, Natureza da Despesa 3390.3007,  
Fonte 100.

LOCAIS DE ENTREGA: Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF e  
Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu - PEF II, situadas na Av. Mercúrio, 850 - Três  
Lagoas - Parque Três Fronteiras, Cadeia Pública Laudemir Neves - CPLN e Centro de  
Reintegração Feminina de Foz do Iguaçu - CRESF situadas na Rua Netuno, 180 -  
Parque Residencial Três Fronteiras, Foz do Iguaçu - Pr.

AUTORIZO O FORNECIMENTO EM 01 / 07 /2013.

Leonildo de Souza Grofa  
Diretor Geral  
Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

ACEITE DA EMPRESA 01 / 07 /2013.

  
Gilvan Marcos Malacarne  
G. M. Malacarne & Cia Ltda